

Concurso Público Unificado para provimento de cargos do quadro único do
Poder Judiciário do Estado de Goiás

ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA

CADERNO DE QUESTÕES 13/10/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico e Matemático	11 a 15
Atualidades, História, Geografia e Conhecimentos Gerais do Brasil e de Goiás	16 a 20
Noções de Informática	21 a 25
Legislação	26 a 30
Conhecimentos Específicos do Cargo	31 a 60
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Constelações contam histórias.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 05**.

Texto 1

Até os meus 50 anos, escutei inúmeras vezes os seguintes "elogios": "Você não parece a idade que tem. Você está ótima para a sua idade. Você parece uma menina. Não acredito que você tem 50 anos". Adorava quando os mais mentirosos diziam que eu parecia ter 38 anos. Quanto mais mentiam, mais eu gostava. Até que, quando fiz 50 anos, levei dois tapas na cara e parei de achar que eram elogios. O primeiro foi de um aluno "sincerão". Quando perguntei para ele, aos 50, quantos anos ele achava que eu tinha, ele respondeu: "53". Como assim, 53? Logo em seguida fui para a Alemanha apresentar minhas pesquisas "O corpo como capital na cultura brasileira". Após minha palestra na Universidade Livre de Berlim, uma feminista alemã me questionou sobre a supervalorização da juventude. "Não consigo entender a lógica de você gostar quando dizem que você parece ter menos idade. Uma mulher de 50 não é mais madura, interessante e experiente do que uma de 38? Por que você acha bom pensarem que você é menos do que realmente é?"

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/miriangoldenberg/2024/08/aparencias-enganam-voce-parece-mais-jovem-e-elogio.shtml>>. Acesso em: 14 ago. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O texto acima pertence ao gênero

- (A) editorial.
- (B) reportagem.
- (C) notícia.
- (D) artigo.

QUESTÃO 02

O excerto do texto, que trata do etarismo, revela o momento da

- (A) manutenção da opinião da autora.
- (B) inconstância da opinião da autora.
- (C) mudança da opinião da autora.
- (D) dubiedade da opinião da autora.

QUESTÃO 03

No primeiro parágrafo, o termo "sincerão" está entre aspas por se tratar de

- (A) cultismo.
- (B) gíria.
- (C) estrangeirismo.
- (D) metonímia.

QUESTÃO 04

No final do excerto, a argumentação posta em discurso direto apresenta-se pela primazia de uma sequência textual

- (A) dialogal.
- (B) narrativa.
- (C) descritiva.
- (D) injuntiva.

QUESTÃO 05

Na frase "Após minha palestra na Universidade Livre de Berlim, uma feminista alemã me questionou sobre a supervalorização da juventude.", o uso da vírgula se justifica por

- (A) inversão da ordem direta.
- (B) coordenação de orações.
- (C) separação de enumeração.
- (D) subordinação de orações.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **06 a 08**.

Texto 2

Um empresário que fez fortuna com criptomoedas comprou uma missão espacial privada da SpaceX, empresa de Elon Musk, para partir no fim deste ano dos Estados Unidos e se tornar a primeira pessoa a sobrevoar os polos da Terra com uma tripulação a bordo. A missão, que durará entre três e cinco dias e transportará quatro pessoas, faz parte da nova era de desenvolvimento do turismo espacial privado, que tem crescido nos últimos anos nos Estados Unidos.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2024/08/spacex-prepara-1a-missao-tripulada-para-sobrevoar-polos-terrestres.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 06

O tema principal do texto acima é o

- (A) avanço tecnológico.
- (B) turismo espacial.
- (C) empreendedorismo econômico.
- (D) sucesso de Elon Musk.

QUESTÃO 07

O excerto do texto, tal qual é apresentado, assume as características do gênero

- (A) crônica.
- (B) artigo.
- (C) notícia.
- (D) reportagem.

QUESTÃO 08

A oração “que fez fortuna com criptomoedas” classifica-se como subordinada

- (A) substantiva subjetiva.
- (B) substantiva objetiva direta.
- (C) adjetiva explicativa.
- (D) adjetiva restritiva.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **09** e **10**.

Texto 3

O aumento do limite para a emissão de carbono para a produção de hidrogênio verde previsto no marco sancionado no início deste mês atende às características do Brasil, segundo o chefe do programa de transformação industrial do Fórum Econômico Mundial. Ele é um dos responsáveis pelo relatório divulgado pela organização nesta quinta-feira (15) sobre a produção de hidrogênio verde na América Latina.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/potencial-poluente-maior-de-hidrogenio-verde-atende-a-criterios-do-brasil-diz-forum-economico-mundial.shtml>>. Acesso em: 16 ago. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 09

A crase presente no segmento “atende às características do Brasil” é marcada graficamente pelo acento

- (A) grave.
- (B) agudo.
- (C) diferencial.
- (D) circunflexo.

QUESTÃO 10

A coesão referencial entre o primeiro e o segundo período do texto é produzida por um pronome

- (A) demonstrativo.
- (B) possessivo.
- (C) pessoal.
- (D) indefinido.

RASCUNHO

QUESTÃO 11

Um menino gastou dois quilogramas de farinha para produzir 150 unidades de biscoito. Se esse menino quiser produzir apenas 90 unidades de biscoito, qual será a quantidade de farinha (em quilogramas) que ele deverá utilizar?

- (A) 0,7.
- (B) 0,9.
- (C) 1,2.
- (D) 1,4.

QUESTÃO 12

Um grupo de ginastas realizou uma apresentação no solo, e cada uma das ginastas obteve uma nota para sua performance. As notas estão descritas na tabela a seguir.

Ginasta	Nota
A	9,0
B	7,2
C	3,4
D	5,8
E	9,3
F	7,3
G	8,5
H	9,7

Qual é a mediana das notas obtidas pelas ginastas na apresentação?

- (A) 7,3.
- (B) 7,9.
- (C) 8,5.
- (D) 9,1.

QUESTÃO 13

Uma menina tem trinta vestidos, sendo dez de cor preta, doze de cor branca e oito de cor rosa. Para ir à uma festa, a menina decidiu ir com um de seus vestidos. Qual é a probabilidade de que ela não esteja usando um vestido branco nessa festa?

- (A) 1/10.
- (B) 3/10.
- (C) 2/5.
- (D) 3/5.

QUESTÃO 14

Um casal decidiu aplicar R\$ 25.000,00 em um fundo de investimento com uma taxa de juros simples de 2% ao mês. O objetivo do casal é realizar a compra de um carro de R\$ 29.000,00. Qual é a menor quantidade de meses que o dinheiro deve permanecer investido para que o casal consiga comprar o carro apenas com o montante desse fundo de investimento?

- (A) 8 meses.
- (B) 10 meses.
- (C) 12 meses.
- (D) 14 meses.

QUESTÃO 15

Um anagrama é uma palavra formada apenas pela reorganização das letras de outra palavra. Quantos anagramas distintos começando com a letra "I" a palavra DISTOPIA possui?

- (A) 1.230.
- (B) 2.140.
- (C) 3.250.
- (D) 5.040.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o texto a seguir.

Entre os anos de 1980 e 2023, o número de pessoas vivendo em áreas urbanas, no Brasil, passou de 65% para 88%, ocasionando uma série de consequências nas dinâmicas das cidades.

Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/planejamento-urbano-condicao-para-cidades-sustentaveis>>. Acesso em: 22 ago. 2024. [Adaptado].

Qual consequência pode advir do aumento de pessoas vivendo em áreas urbanas no Brasil?

- (A) Conservação das áreas de reserva natural.
- (B) Crescimento compatível com os recursos naturais.
- (C) Expansão territorial do uso do solo para habitação.
- (D) Dispersão das atividades de fornecimento de bens e serviços.

QUESTÃO 17

Leia o texto a seguir.

De acordo com o relatório Índice de Desperdício de Alimentos de 2024 emitido pela ONU, o desperdício de alimentos apresenta impactos ambientais, sociais e econômicos substanciais.

Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/srcl/chapter/chapter-5/>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

Dentre os efeitos ambientais causados pela perda e desperdício de alimentos estão

- (A) os derretimentos das calotas polares.
- (B) as manutenções de áreas naturais ao redor do globo terrestre.
- (C) as disponibilidades de áreas destinadas à produção de alimentos.
- (D) as emissões globais de cerca de 8% a 10% de gases de efeito estufa.

QUESTÃO 18

A crise climática atual apresenta impactos para a saúde pública. Nesse sentido, a degradação ambiental

- (A) possibilita desequilíbrios ecológicos que favorecem o surgimento de novos vetores de doenças.
- (B) favorece a manutenção dos lençóis freáticos que disponibilizam água potável para a preservação da vida humana.
- (C) disponibiliza terras para a produção agrícola que melhora a qualidade da alimentação e a saúde.
- (D) resulta em um clima mais estável que contribui para a adaptação das populações às condições ambientais.

QUESTÃO 19

O acidente do Césio-137 ocorrido em Goiânia, em 1987, foi o maior desastre radioativo em ambiente urbano e contribuiu para

- (A) o crescimento do turismo para o estado de Goiás.
- (B) a inexistência de estigmas dos vitimados pelo Césio-137.
- (C) a desregulamentação política de descarte de rejeitos radioativos.
- (D) o fortalecimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

QUESTÃO 20

Leia o texto a seguir.

Os chamados jovens nem-nem são aqueles que não estudam e não exercem atividade remunerada ou [...] aqueles que não estudam, não exercem e nem procuram trabalho remunerado.

Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2024/01/09/os-impactos-de-nao-estudar-e-nao-exercer-atividade-remunerada-na-juventude-brasileira>>. Acesso em: 19 ago. 2024. [Adaptado].

O fenômeno dos nem-nem

- (A) é formado em sua maioria por mulheres.
- (B) está associado a períodos de crescimento econômico.
- (C) afeta predominantemente jovens de classe média alta.
- (D) inclui jovens com maior chance de inserção no mercado formal de trabalho.

RASCUNHO

QUESTÃO 21

Existem situações em que se deseja selecionar múltiplos arquivos em um diretório (não necessariamente contíguos na listagem do diretório), mas não necessariamente todos eles. Nestes casos, é necessário clicar sobre os arquivos específicos que se deseja selecionar, mas com uma tecla específica do teclado pressionada de forma combinada durante os cliques para preservar a seleção realizada. No Windows 10, a tecla que se pressiona em conjunto com os cliques do cursor do mouse para selecionar um subconjunto específico de arquivos em um diretório é a tecla

- (A) Alt.
- (B) Ctrl.
- (C) Delete.
- (D) Tab.

QUESTÃO 22

Considere uma planilha do LibreOffice Calc Versão 24.2.2.2 em que as células de B1 a B6 estão populadas com os seguintes valores: -10, 25, 13, -14, -28 e 63. Considerando que a célula B7 possui a fórmula =CONT.SE(B1:B6;">=-10"), o valor resultante na célula B7 será

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 91.
- (D) 133.

QUESTÃO 23

Editores de texto são ferramentas muito úteis no trabalho diário de qualquer organização. No Sistema Operacional Windows, há uma diversidade de editores disponíveis, com diferentes recursos e até mesmo variação na forma de acionar determinadas funcionalidades. No Windows 10, a funcionalidade que se pode acessar no LibreOffice Writer Versão 24.2.2.2 com o atalho Ctrl + A é acionada no WordPad utilizada a combinação (considere que o símbolo de soma denota combinação de teclas)

- (A) Ctrl + B.
- (B) Ctrl + D.
- (C) Ctrl + J.
- (D) Ctrl + T.

QUESTÃO 24

Arquivos executáveis, com extensão .exe, podem ser o que se chama de aplicações *stand-alone* ou *portable*, como notepad.exe ou Chrome *Portable*. Neste sentido, no Windows, para que esse tipo de aplicação seja executada, ela prescinde de

- (A) instalação da aplicação.
- (B) verificação de vírus.
- (C) permissão de execução.
- (D) compatibilidade com o sistema.

QUESTÃO 25

No Gmail, os filtros de busca podem ser utilizados para encontrar e-mails de forma mais precisa. Sobre os filtros específicos de busca, o filtro "*subject:*" na pesquisa do Gmail é utilizado para encontrar e-mails que

- (A) contêm anexos com um determinado nome.
- (B) foram enviados por um remetente específico.
- (C) possuem um determinado texto no assunto.
- (D) foram enviados antes de uma determinada data.

RASCUNHO

QUESTÃO 26

Leia o caso a seguir.

Um determinado órgão público federal possui em sua estrutura organizacional quatro instâncias administrativas que podem decidir sobre um assunto X. Hierarquicamente, do maior nível para o menor, o órgão possui a seguinte estrutura: a Presidência, a Diretoria, a Superintendência e a Gerência. J. é um cidadão que precisa iniciar um processo administrativo sobre o assunto X de seu interesse. Para esse assunto, não existe competência legal específica para iniciar o processo.

Sabendo disso, em que instância J. deve iniciar o processo administrativo?

- (A) Diretoria.
- (B) Gerência.
- (C) Presidência.
- (D) Superintendência.

QUESTÃO 27

É vedada a celebração de termo de ajustamento de gestão entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da Administração Pública com a finalidade de

- (A) sanar dano ao erário por erro grosseiro de agente público.
- (B) aprimorar procedimentos administrativos em trâmite na entidade.
- (C) assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível.
- (D) corrigir falhas apontadas em ações de controle já realizadas na entidade.

QUESTÃO 28

Um determinado tipo de ato administrativo está quase apto para produzir efeitos jurídicos. Ocorre que, por exigência legal, precisará ser publicado pelo órgão na imprensa oficial para completar seu ciclo de formação. A doutrina administrativista brasileira classifica esse ato administrativo como

- (A) perfeito.
- (B) pendente.
- (C) imperfeito.
- (D) consumado.

QUESTÃO 29

Quando um mesmo fato praticado por agente público configura infração prevista no Estatuto dos Servidores, crime definido na legislação penal e ato de improbidade administrativa, poderá haver a tramitação simultânea de processos em quais instâncias?

- (A) Penal, disciplinar e civil.
- (B) Civil, penal e administrativa.
- (C) Civil, administrativa e disciplinar.
- (D) Penal, disciplinar e administrativa.

QUESTÃO 30

Qual elemento do ato administrativo é o pressuposto de fato e de direito que serve de seu fundamento?

- (A) Motivo.
- (B) Finalidade.
- (C) Permissão.
- (D) Justificativa.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

É princípio fundamental, dentre os listados no Título Primeiro da Constituição Federal de 1988,

- (A) a construção de uma sociedade solidária.
- (B) os valores sociais do trabalho.
- (C) a erradicação da pobreza.
- (D) a promoção do bem de todos sem preconceitos de raça.

QUESTÃO 32

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 enuncia um vasto conjunto de direitos e de garantias fundamentais de caráter individual que estão associados à criação do Estado de Direito de cunho liberal decorrente dos movimentos revolucionários do século XVIII, em especial, a queda do regime absolutista na França e a independência dos Estados Unidos da América. Levando em conta esse contexto, dentre essas prerrogativas está o direito à

- (A) moradia.
- (B) segurança.
- (C) liberdade religiosa.
- (D) previdência social.

QUESTÃO 33

A Constituição Federal brasileira, quanto à organização político-administrativa do Estado, traçou um complexo sistema de competências atribuídas aos Entes Federados que compreende um conjunto de matérias de natureza administrativa e legiferante as quais podem ser objeto de sua atuação. A União Federal detém a maior parcela desses atributos, muito embora, em alguns casos, sejam eles compartilhados com estados e municípios, competindo àquela, entretanto, a produção de normas gerais. Com base nesse contexto, é exemplo de competência concorrente legislar sobre

- (A) Direito Tributário.
- (B) Direito Processual Civil.
- (C) Direito Penal.
- (D) Direito Civil.

QUESTÃO 34

Leia o texto a seguir.

“Da rigidez constitucional resulta a existência de um procedimento específico para a reforma do texto constitucional, que há de ser mais complexo do que o adotado para a aprovação da legislação ordinária. Esse procedimento envolverá, normalmente, regras diferenciadas em relação a iniciativa, ao quórum de votação das propostas de emenda e às instâncias de deliberação.”

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 152.

Sobre a peculiaridade do procedimento legislativo para a edição de Emendas Constitucionais (EC), a Constituição Federal prevê que a

- (A) iniciativa popular é entidade legitimada para apresentar proposta de EC.
- (B) EC deve, após sanção presidencial, ser promulgada pelo Congresso Nacional.
- (C) aprovação da EC se dá por dois turnos de votação em cada casa do Congresso.
- (D) votação se dará por dois quintos dos votos na Câmara e no Senado.

QUESTÃO 35

Observando a regulação feita pela Constituição Federal, percebe-se que o Supremo Tribunal Federal (STF), cuja missão precípua compreende a guarda do Texto Fundamental, é dotado de um amplo conjunto de competências. No exercício do controle difuso de constitucionalidade, cumpre ao STF julgar

- (A) reclamação constitucional.
- (B) ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) ação declaratória de constitucionalidade.
- (D) arguição de descumprimento de preceito fundamental.

QUESTÃO 36

Entre os temas condensados pelo Direito Administrativo, o estudo da “Administração Pública” goza do *status* associado à sua Teoria Geral, podendo ser estudada tanto no aspecto subjetivo quanto objetivo. Em relação ao primeiro aspecto, está compreendido como conteúdo a análise

- (A) do serviço público.
- (B) do poder de polícia.
- (C) da intervenção no setor privado.
- (D) das entidades da administração indireta.

QUESTÃO 37

Em excerto de acórdão prolatado pelo STJ, no julgamento do Agravo regimental no Recurso Especial n. 670.453-RJ (2004/0105745-9), lê-se o seguinte: “A Administração, ao autorizar a transferência ou a remoção de agente público, vincula-se aos termos do próprio ato, portanto, submete-se ao controle judicial a morosidade imotivada para a concretização da movimentação”. O contexto do julgado refere-se à decisão proferida por meio de ato administrativo editado por servidor e tem relação com um de seus componentes essenciais que corresponde à(ao)

- (A) competência.
- (B) motivo.
- (C) finalidade.
- (D) objeto.

QUESTÃO 38

O controle dos atos da Administração Pública decorre de princípio republicano contido na Constituição Federal e pressupõe a fiscalização de diversos órgãos pela própria Administração e também por entes a ela externos. Em regra, o Poder Executivo é fiscalizado pelo Legislativo, muito embora o “Terceiro Poder” também possa fiscalizá-lo. Quanto a esta última possibilidade, o Judiciário pode

- (A) atuar, em regra, de maneira preventiva.
- (B) anular atos discricionários tendo em vista sua avaliação sobre políticas públicas.
- (C) sindicat atos discricionários apenas quanto aos critérios de legalidade.
- (D) avaliar a correção do mérito administrativo.

QUESTÃO 39

Levando em conta a classificação acerca dos servidores públicos, um indivíduo convocado para atuar na condição de mesário nas eleições é modalidade de agente público correspondente a

- (A) agente político.
- (B) particular em colaboração com poder público.
- (C) servidor público comissionado.
- (D) servidor público efetivo.

QUESTÃO 40

A modalidade licitatória que envolve a restrição às contratações cujo objeto envolva inovação tecnológica ou técnica, a impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado e a impossibilidade também de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração é o

- (A) leilão.
- (B) pregão eletrônico.
- (C) concurso.
- (D) diálogo competitivo.

QUESTÃO 41

Analise o caso a seguir.

O Congresso Nacional editou Lei Ordinária X, consignando, em seu texto, que a norma passará a vigor na data de sua publicação, o que ocorreu em 1º de março de 2024. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, por sua vez, dispõe, logo em seu artigo 1º, acerca da aplicação da lei no tempo, a qual também deve ser levada em conta para se definir o termo inicial da vigência de qualquer diploma normativo.

Nesse caso, como será a produção dos efeitos dessa Lei Ordinária X?

- (A) A Lei X terá sua vigência ocorrendo imediatamente desde o dia 01/03/24.
- (B) A Lei X começará a produzir seus efeitos 45 dias após a data consignada no seu texto.
- (C) Correções de texto pelo Legislativo na Lei X não modificarão o termo inicial de vigência.
- (D) Eventuais alterações de redação da Lei X não influenciarão na data de sua vigência.

QUESTÃO 42

De acordo com o art. 2º do Código Civil (CC) de 2002: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.” Decorre da interpretação deste dispositivo da lei civil que

- (A) o princípio da dignidade humana, independentemente do disposto, atrai o *status* de pessoa ao nascituro.
- (B) o CC/02 adotou a “teoria natalista”, motivo pelo qual o nascituro não é considerado pessoa.
- (C) o CC/02, aderindo à “teoria concepcionista”, põe em relevo a dignidade do feto.
- (D) ao pôr a salvo os direitos do nascituro, o CC/02 filiou-se à “teoria da personalidade condicionada”.

QUESTÃO 43

Leia o caso a seguir.

L., atualmente com cinco anos de idade, é filha de M. e T. Durante este ano, a família descobriu que a criança é portadora de leucemia, necessitando, assim, de internação hospitalar e de tratamento de quimioterapia não cobertos pelo plano de saúde contratado. Diante disso, e levando em conta a urgência, os pais procuraram a Operadora que, ciente das consequências, ofertou um aditivo contratual que levaria a um aumento de pelo menos dez vezes o valor da mensalidade paga. Diante da necessidade de salvar sua prole, M. e T. assinaram o acordo, o que permitiu o acesso à prestação do serviço necessário ao tratamento de L. Ocorre que, o montante dispendido, além de exorbitante, compromete o sustento do núcleo familiar.

A partir da consulta de um advogado, foi-lhes informado a respeito da possibilidade de anulação do negócio jurídico com base em defeito tipificado no Código Civil correspondente a

- (A) abuso de direito.
- (B) coação.
- (C) estado de perigo.
- (D) lesão.

QUESTÃO 44

De acordo com o art. 264 do Código Civil (CC), uma obrigação é solidária quando há existência de mais de um credor ou um devedor, ou ambos, ocupando os polos subjetivos da relação, com direito a todo crédito ou com obrigação a pagar a dívida toda. obrigado a dívida toda. Isso significa que, na perspectiva do credor, o eventual objeto pode ser exigido na integralidade apenas por um deles. No lado oposto, uma obrigação solidária implica o possível adimplemento total por apenas um dos devedores. Nesse contexto, para essas espécies de obrigação

- (A) a solidariedade é presumida, existindo pluralidade de sujeitos.
- (B) o ajuizamento de ação pelo credor, em face de apenas um devedor, exonera os demais.
- (C) o único devedor poderá, demandado por um dos credores, pagar a qualquer deles.
- (D) o credor que obtiver o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

QUESTÃO 45

O ressarcimento por danos materiais ou morais foi alçado, pela Constituição Federal de 1988, a direito fundamental, previsto no art. 5º em seus incisos V e X, compreendendo, ainda, importante capítulo do Direito Civil. No Brasil, os valores atinentes a violações sobre os direitos da personalidade encontraram, no início da vigência da nova ordem, uma certa dificuldade no tocante ao estabelecimento de um padrão seguro de fixação de valores, determinando o Superior Tribunal Federal (STJ) que o arbitramento ficasse ao prudente critério do magistrado diante das peculiaridades do caso concreto. Nada obstante, a Doutrina também busca oferecer parâmetros, estabelecendo, por exemplo, o caráter educativo ou persuasivo da indenização em face do ator do ilícito, devendo-se ainda considerar, neste particular, as características de quem ofende e aquelas do ofendido. Em relação à especificação e à quantificação dos danos,

- (A) a caracterização da natureza do ato ilícito – culposo ou doloso – não deve repercutir na fixação do dano.
- (B) a indenização por dano estético deve representar valor distinto daquele referente ao dano moral.
- (C) a participação da vítima, no evento danoso, não influencia na quantificação da indenização.
- (D) no caso de crimes contra a honra, não comprovado o prejuízo pela vítima, resta impossibilitada a fixação dos danos.

QUESTÃO 46

O art. 2º do Código do Processo Civil (CPC) dispõe que “O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.” A primeira parte do enunciado em questão (*O processo começa por iniciativa da parte*), manifesta o princípio da

- (A) disponibilidade.
- (B) congruência.
- (C) eventualidade.
- (D) sucumbência.

QUESTÃO 47

A curadoria especial é múnus tipificado pelo Código do Processo Civil de 2015 em favor de certos sujeitos processuais que necessitam de representação técnica conforme definido pelo legislador. Assim, deve o juiz nomear curador especial

- (A) aos réus indeterminados citados por edital em ação de usucapião.
- (B) ao incapaz quando seu representante também possua interesse no objeto da causa.
- (C) ao réu em cumprimento de pena em regime aberto em ação reparatória.
- (D) à ré revel citada em medida de divórcio litigioso por oficial de justiça.

QUESTÃO 48

A tutela provisória é um instituto processual criado para equilibrar o princípio da celeridade e da efetividade que se espera da atuação do Poder Judiciário, repartindo-se o ônus do tempo do processo e distinguindo-se entre tutela de urgência e de evidência. Neste caso, é possível postergar o contraditório deferindo-se pedido sem oitiva da parte contrária. Em outras circunstâncias, entretanto, o Código de Processo Civil de 2015 exige a prévia manifestação do réu antes que o magistrado possa decidir a respeito, como no caso de

- (A) petição inicial instruída com prova testemunhal suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor.
- (B) alegações de fato comprovadas apenas documentalmente e de tese firmada em súmula vinculante.
- (C) abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- (D) pedido reipersecutório fundado em documento adequado do contrato de depósito.

QUESTÃO 49

O pedido é critério da petição inicial, capitulado pelo art. 319, inciso IV do Código de Processo Civil (CPC) e, diferentemente da maioria dos outros pressupostos, goza de uma seção exclusiva dedicada à sua regulação. Nesta, a lei processual define que a parte autora deve formular pedido certo e determinado; e só em casos excepcionais pode fazê-lo genericamente. É exemplo de pedido genérico

- (A) a cobrança de obrigação indeterminada após o ato de concentração formulado contra devedor em contrato de entrega de cabeças de gado.
- (B) a ação de inventário de um único imóvel deixado pelo falecido em prol de seus herdeiros.
- (C) a ação reparatória em que se postula, além dos danos materiais, os danos morais à parte autora.
- (D) a solicitação de dano emergente relativo ao custo de despesas hospitalares do autor ainda internado ao tempo do ajuizamento.

QUESTÃO 50

Entre as várias hipóteses de manifestação do réu, no procedimento comum, está a apresentação de defesa por meio da contestação. Nesse ato processual, o demandado

- (A) poderá aditá-la caso esqueça de apresentar um elemento de exceção material direta à semelhança do que ocorre com a petição inicial para o autor.
- (B) deverá levantar eventual prescrição e decadência já que são matérias de natureza preliminar, antes da discussão do mérito.
- (C) cumpre atender ao princípio da impugnação especificada sob pena de presunção de veracidade do alegado pelo autor, salvo se neste ponto não for admissível a confissão.
- (D) impõe formular reconvenção em peça processual distinta da contestação.

QUESTÃO 51

Na fase ordinatória, o magistrado deve se posicionar levando em conta a atividade realizada pelo demandado ao final da fase postulatória. Nestas circunstâncias, caso a defesa não impugne um dentre os três dos pedidos autorais formulados, o juiz pode

- (A) proferir sentença de julgamento antecipado mérito.
- (B) julgar antecipada e parcialmente o mérito.
- (C) proferir sentença de extinção parcial e dar prosseguimento ao feito.
- (D) decretar revelia naquilo que não foi contestado.

QUESTÃO 52

O atual Código de Processo Civil - CPC/15 dispõe a respeito de regras gerais sobre as provas e fixou, segundo a Doutrina, um sistema conhecido como "Teoria da Prova Dinâmica", permitindo a possibilidade de tratamento do ônus probatório com maior elasticidade, inclusive no tocante à distribuição desse encargo. Atende as diretrizes do CPC sobre as regras instrutórias a

- (A) possibilidade em determinar a alteração das regras gerais sobre o ônus em medidas nas quais se discute direitos da personalidade.
- (B) eliminação da exigência geral acerca do ônus probatório do autor quanto a fatos constitutivos do seu direito.
- (C) obrigação prévia de solicitação de busca e apreensão, caso o autor não possua documento indispensável à propositura da ação em poder do demandado.
- (D) incumbência, em se tratando de alegação de novação em contrato de compra e venda, ao réu em demonstrar a sua ocorrência.

QUESTÃO 53

Proferida uma sentença, é vedado ao magistrado, em regra, alterá-la. Nada obstante, em algumas circunstâncias, é possível a retratação, que significa a modificação substancial do ato decisório, circunstância esta reconhecida como decorrente do efeito regressivo no estudo dos Recursos. É hipótese que se amolda a essa noção a interposição de apelação contra sentença que

- (A) acolheu preliminar de ilegitimidade passiva.
- (B) julgou procedente pedido de reintegração de posse.
- (C) julgou antecipada e parcialmente o mérito.
- (D) acolheu alegação de decadência formulado pelo réu.

QUESTÃO 54

O Código de Processo Civil - CPC/15, em seu art. 835, estabelece uma ordem preferencial de bens a serem penhorados. Levando em conta essa ordem, a constrição de

- (A) bem imóvel é preferencial em relação a veículos de via terrestre.
- (B) bem móvel é preferencial em relação ao percentual de faturamento da empresa devedora.
- (C) navios e aeronaves é preferencial em relação a títulos da dívida pública da União.
- (D) pedras e metais preciosos é preferencial em relação a semoventes.

QUESTÃO 55

O Código de Processo Civil CPC/15, diferentemente do que ocorria com o Código Processual anterior, não conta com um Livro destinado exclusivamente ao Processo Cautelar, que dispõe sobre a matéria no interior da tutela provisória, como espécie de tutela de urgência e a exemplo da tutela antecipatória, da qual difere pela natureza. Assim, é exemplo de circunstância que autoriza o manejo de medida cautelar que pretende a

- (A) determinação de oferta de insulina pelo município para o tratamento da diabetes.
- (B) cominação para que o réu deixe de atear fogo no lixo e folhagem em terreno vizinho.
- (C) designação de curador provisório a fim de administrar o patrimônio do incapaz.
- (D) reserva de bens do devedor ao identificar transferência de valores ao nome de terceiros.

QUESTÃO 56

Analise o caso a seguir.

Durante um inquérito civil, um promotor de justiça deparou-se com uma irregularidade praticada pelo dono de postos de gasolina do município Y, capaz de ensejar eventual penalização nesta esfera. No mesmo momento, exigiu que o empresário lhe garantisse uma quota mensal de gasolina e em troca não levaria adiante a persecução.

Levando em conta a narrativa hipotética, o membro do Ministério Público praticou crime de

- (A) peculato.
- (B) concussão.
- (C) corrupção ativa.
- (D) prevaricação.

QUESTÃO 57

De acordo com o art. 1º da Lei 8.429/92, “o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.” Para tanto, é pressuposto para a incidência das sanções previstas

- (A) a ação ilícita culposa ou dolosa por servidor público ou particular.
- (B) o ato ilícito na função pública mesmo que sem comprovação de dolo.
- (C) a prática de conduta estritamente dolosa por agente público ou mesmo particular.
- (D) a ação ou omissão reconhecida como ilícita por parcela da jurisprudência.

QUESTÃO 58

Como norma geral, o Código de Processo Penal (CPP) dispõe sobre a aplicação de normas processuais no tempo e no espaço. Tal circunstância implica na necessidade de o aplicador lidar com duas regras normativas: uma já vigente e anterior e outra revogadora e posterior. De acordo com o regime adotado, a lei instrumental que altera o CPP editada posteriormente

- (A) incide desde logo sem prejuízo da validade de atos praticados sob a norma anterior.
- (B) dispensa analogia, tratando-se de norma de caráter também penal.
- (C) será aplicada também a procedimentos no âmbito da Justiça Militar.
- (D) afastará a aplicação de normas contidas em tratados internacionais.

QUESTÃO 59

Ostentando natureza instrumental, o Código de Processo Penal (CPP) disciplina o meio pelo qual a tutela jurisdicional deve ser buscada, fixando critérios para o exercício da ação penal, principalmente aqueles associados à legitimidade e à propositura. Em algumas circunstâncias, a participação do ofendido é essencial, fato que implica a necessidade de sua representação para que o titular, neste caso o Ministério Público, possa promover a medida. Neste contexto, é crime processado por ação penal pública condicionada à representação

- (A) cárcere privado.
- (B) violação de domicílio.
- (C) ameaça.
- (D) invasão de dispositivo informático da União.

QUESTÃO 60

Em casos arrolados pelo Código Penal, há previsão acerca da extinção da punibilidade do agente, acarretando, portanto, o afastamento da incidência da lei penal. Em um deles, tais efeitos são produzidos por lei ordinária editada pelo Congresso Nacional. Neste caso, trata-se de

- (A) indulto.
- (B) anistia.
- (C) graça.
- (D) perdão.

RASCUNHO**RASCUNHO**

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

A Emenda Constitucional nº 45/04, apelidada de “Reforma do Judiciário”, inseriu mais uma garantia fundamental no art. 5º da Constituição Federal de 1988, capitulada como inciso LXXVIII, que dispõe: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. A norma em questão foi pensada pelo Constituinte derivado como uma resposta ao volume cada vez maior de processos em trâmite perante o Judiciário e a necessidade de resposta efetiva dos jurisdicionados, o que até então comprometia cronicamente a atuação do Poder Judiciário. Tomando como base esse contexto, há distinção entre “razoável duração do processo” e “celeridade processual”?

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30